



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA



RELATÓRIO MENSAL CONTROLE INTERNO

JULHO/2026

Sumário

PRINCIPAIS DESTAQUES DO MÊS	3
PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA.....	4
3. MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES.....	4
4. ÁREAS VERIFICADAS	5
4.1. ÁREA ADMINISTRATIVA.....	5
4.1.1. PESSOAL	7
4.1.2. ORGÃOS COLEGIADOS.....	8
4.2. ÁREA FINANCEIRA.....	10
4.3. ÁREA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	13
4.4. ÁREA DE BENEFÍCIOS.....	16
4.5. ÁREA CONTÁBIL E E-SOCIAL.....	18
4.6. PATRIMÔNIO E CONTROLE DE ESTOQUE.....	19
4.7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	20
4.8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	21
4.9. EXECUÇÃO DA DESPESA	22
4.10. ÁREA JURÍDICA	23
4.11. TRANSPARÊNCIA.....	25
4.12. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP	26
4.13. ATUARIAL	28
4.14. PRÓ-GESTÃO RPPS	28
4.15. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	30
5. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO NO PERÍODO	31
6. RECOMENDAÇÕES E ACOMPANHAMENTO	32
7. CONCLUSÃO	32

PAINEL EXECUTIVO – JULHO/2026

ITEM	SITUAÇÃO
Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)	✓ Regular
CADPREV	✓ Regular
SICOM/TCE-MG	✓ Regular
e-Social	✓ Regular
Investimentos	✓ Regular
Compras e Contratações	✓ Regular
Patrimônio	✓ Regular
Benefícios Previdenciários	✓ Regular
Tecnologia da Informação	✓ Regular
Avaliação Atuarial	⚠ Atenção
Pró-Gestão RPPS	✓ Regular

PRINCIPAIS DESTAQUES DO MÊS

- Renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, com emissão de novo certificado em julho de 2026 e manutenção da regularidade previdenciária do Município.
- Manutenção da regularidade das principais obrigações institucionais, incluindo CADPREV, SICOM/TCE-MG e e-Social.
- Continuidade das ações voltadas à manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS – Nível III.
- Continuidade da concessão e do acompanhamento dos benefícios previdenciários, com 04 aposentadorias concedidas no período, além do acompanhamento dos requerimentos de compensação previdenciária.
- Incorporação de novos equipamentos à estrutura administrativa e tecnológica do Instituto, contribuindo para a atualização da infraestrutura de trabalho.

PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO

- Monitoramento contínuo do déficit atuarial e das medidas destinadas ao fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
- Acompanhamento das vigências contratuais, considerando a existência de contratos com encerramento previsto para os meses subsequentes.
- Acompanhamento da revisão dos procedimentos internos à luz da Lei nº 13.726/2018 – Lei da Desburocratização, conforme orientação expedida no período.

1. INTRODUÇÃO

A Controladora Interna do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana (IPREV Mariana), nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.801/2026, apresenta o presente Relatório Mensal de Controle Interno, referente ao mês de julho de 2026, em cumprimento às atribuições conferidas pelos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, pela legislação municipal vigente, pelas Instruções Normativas nº 12/2011 e nº 14/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) e pelo Plano Anual de Auditoria do Controle Interno de 2026.

O relatório tem por finalidade apresentar o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Instituto no período, avaliar a conformidade dos atos administrativos, financeiros e previdenciários, contribuir para o aprimoramento dos controles internos e fornecer informações que subsidiem a gestão, os órgãos colegiados e o controle externo no exercício de suas competências.

Neste documento são apresentados os principais resultados das atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação realizadas pelo Controle Interno, abrangendo as áreas monitoradas durante o período, bem como as constatações, recomendações e demais aspectos considerados relevantes para a governança do Instituto.

2. METODOLOGIA

A presente análise foi desenvolvida mediante a aplicação de procedimentos de acompanhamento e controle, compreendendo o exame de processos administrativos, documentos e registros, a verificação de informações disponibilizadas pelos setores competentes, a observação física de bens patrimoniais, a comparação entre as previsões orçamentárias e a execução financeira, a realização de reuniões e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Diretoria Executiva e pelos demais setores do Instituto.

Os procedimentos tiveram por objetivo avaliar a conformidade dos atos administrativos, financeiros e previdenciários, verificar a adequação dos controles internos existentes e identificar oportunidades de aperfeiçoamento da gestão, observadas as competências do Controle Interno.

As informações apresentadas neste relatório têm como fonte os documentos constantes dos processos administrativos, os sistemas oficiais utilizados pelo Instituto, os relatórios encaminhados pelos setores responsáveis e as verificações realizadas pelo Controle Interno durante o período de referência.

3. MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES

A Matriz de Riscos e Controles apresenta, de forma sintética, a avaliação realizada pelo Controle Interno quanto às principais áreas de atuação do Instituto, considerando os procedimentos de acompanhamento desenvolvidos durante o mês de julho de 2026, bem como o impacto potencial dos riscos identificados sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

Área	Avaliação	Nível de Risco	Aspectos Observados
Administração	Regular	Baixo	Atividades administrativas desenvolvidas regularmente, sem irregularidades identificadas nas verificações realizadas no período.

Área	Avaliação	Nível de Risco	Aspectos Observados
Financeira	Regular	Baixo	Repasse previdenciários e principais obrigações acompanhados regularmente, mantendo-se o monitoramento das movimentações financeiras e dos investimentos.
Compras e Contratos	Atenção	Médio	Existência de contratos com vencimentos próximos, demandando acompanhamento das vigências.
Benefícios Previdenciários	Regular	Baixo	Processos e atividades previdenciárias analisados sem irregularidades identificadas, mantendo-se o acompanhamento do COMPREV e dos processos submetidos ao TCE/MG.
Patrimônio	Regular	Médio	Continuidade dos registros patrimoniais e incorporação de novos equipamentos, permanecendo importante a manutenção dos procedimentos de controle e acompanhamento dos bens.
Tecnologia da Informação	Regular	Médio	Manutenção dos procedimentos de suporte, segurança da informação e backup, além da incorporação de novos equipamentos à infraestrutura tecnológica.
Atuarial	Atenção	Alto	Déficit atuarial ainda expressivo, embora inferior ao apurado no exercício anterior, demandando acompanhamento contínuo das medidas destinadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
Transparência	Regular	Baixo	Continuidade da divulgação de informações e atos institucionais por meio dos canais oficiais de transparência.

Legenda:

Baixo = Situação controlada, demandando monitoramento rotineiro.

Médio = Requer acompanhamento contínuo e adoção de medidas preventivas.

Alto = Demanda acompanhamento prioritário pela Diretoria Executiva em razão do impacto potencial sobre a sustentabilidade do RPPS.

4. ÁREAS VERIFICADAS

Em observância às competências do Controle Interno, ao Plano Anual de Auditoria de 2026 e à legislação aplicável, foram realizados procedimentos de acompanhamento, fiscalização e verificação nas áreas consideradas relevantes para a gestão do Instituto, abrangendo os aspectos administrativos, financeiros, previdenciários, patrimoniais e de governança.

As verificações compreenderam as seguintes áreas:

4.1. ÁREA ADMINISTRATIVA

Os atos praticados pela Diretoria Administrativa e Financeira do IPREV Mariana foram acompanhados com base nas informações constantes do Relatório Mensal do Departamento Administrativo Financeiro referente ao mês de julho de 2026 e nos documentos disponibilizados ao Controle Interno.

No período, verificou-se a continuidade das atividades administrativas do Instituto, abrangendo rotinas de pessoal, tramitação de processos, expedição e recebimento de

correspondências oficiais, publicações, capacitações e demais providências necessárias ao funcionamento da Autarquia.

No âmbito dos processos administrativos, foram registrados dois requerimentos de isenção de imposto de renda, encaminhados à Medicina do Trabalho para análise e prosseguimento. Também foram expedidos documentos relacionados ao cumprimento de decisão judicial relativa à isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria.

Entre as correspondências institucionais, destaca-se o encaminhamento de indicação de servidoras para participação na implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, além de expedientes relacionados a repasses financeiros e guarda e utilização do certificado digital institucional.

Quanto aos atos publicados no Diário Oficial do Município, registraram-se, entre outros, portarias de concessão de benefícios previdenciários e a Portaria nº 56/2026, que designou o Diretor Administrativo e Financeiro para o exercício interino do cargo de Diretor-Presidente no período de 08 a 21 de julho de 2026, em razão das férias regulamentares da titular. Também foram divulgados atos relacionados à prorrogação excepcional do contrato de locação de impressoras e aos procedimentos de contratação realizados no período.

No que se refere ao desenvolvimento institucional e à capacitação, registrou-se a participação da servidora Naiara Trindade Oliveira no curso **“Contabilidade Aplicada ao RPPS”**, realizado em Belo Horizonte/MG, bem como a participação do servidor Diego da Silva Carioca e membros dos órgãos colegiados: Edilene Barbosa Toribio, Flavio Augusto de Assis Rocha, Osmerino Anelito Pena e Wesley Ferreira de Moraes na **XP Expert 2026**, em São Paulo/SP, e das servidoras Crislaine Aparecida Lourenço e dos conselheiros Hallysson Mendes e Souza Pinto e Juvenil Cassiano dos Santos no **5º Seminário Nacional de Investimentos da ANEPREM**, realizado em Guarujá/SP.

Quanto à estrutura administrativa, verificou-se a aquisição e incorporação de novos equipamentos destinados ao aprimoramento da infraestrutura do Instituto, compreendendo monitores, switch de rede, projetor multimídia e access point, cujas informações serão detalhadas nos tópicos específicos relacionados ao patrimônio e à Tecnologia da Informação.

No mês de julho não houve contratação de estagiários, realocação de servidores ou encerramento de benefícios. Conforme informações do setor responsável, também foram realizados os envios periódicos relativos ao eSocial, SICOM e DCTFWeb, cujas situações serão tratadas no tópico específico deste relatório.

Observações do Controle Interno

As atividades analisadas demonstram a continuidade das rotinas administrativas e institucionais necessárias ao funcionamento do IPREV Mariana, com regular tramitação das demandas apresentadas no período.

Também se observa a continuidade das ações de capacitação de servidores, dirigentes e membros dos órgãos colegiados, favorecendo a atualização técnica dos agentes envolvidos na gestão do RPPS e o aprimoramento das atividades institucionais.

Nas verificações realizadas pelo Controle Interno, não foram identificadas irregularidades na condução das atividades administrativas analisadas no período, mantendo-se o acompanhamento das rotinas e procedimentos administrativos no âmbito das atividades regulares desta Controladoria.

4.1.1. PESSOAL

Apresenta-se abaixo a estrutura do quadro de pessoal ativo, estagiários e demais colaboradores do IPREV Mariana.

Quadro 1. Quadro de Pessoal Ativo e demais colaboradores:

DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Elizangela Sara Lana	Dir. Presidente	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I - CP RPPS DIRIG II
Diego da Silva Carioca	Dir. Administrativo Financeiro	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG II -CP RPPS CODEL II -CP RPPS COFIS II CP RPPS CGINV III
Crislaine Aparecida Lourenço	Dir. Previdenciária	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG I -CP RPPS DIRIG II

CONTROLE INTERNO

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Betânia Aparecida de Paula	Controladora Interna	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I - CP RPPS DIRIG II

GESTOR DE RECURSOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Diego da Silva Carioca	Dir. Administrativo Financeiro	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG II -CP RPPS CODEL II -CP RPPS COFIS II CP RPPS CGINV III

SERVIDORES

NOME	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Natanielle Efigênia Fernandes dos Passos	Advogada Autárquica	Jurídico
Renato Justino Silva de Magalhães	- Auxiliar Administrativo	Diretoria Administrativa Financeira
- Diego Ritis da Silva Couto	- Assistente I - Informática	
- Naiara Trindade Oliveira	- Auxiliar Administrativa	
- Samantha Ramos de Godoy Moreira	- Assistente II – Benefícios Previdenciários	Diretoria Previdenciária
- Geisy Cristina Carlos Gonçalves	- Auxiliar Administrativo	

NOME	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
-Giselle Cristina Carlos Gonçalves	-Assistente III – Compras	Compras e Licitação
- Yasmim Mendes de Andrade	-Assistente I - Comunicação	
Marly Sudária da Silva de Paula	Auxiliar Administrativa	Recepção
Leandra Aparecida Saraiva	Contadora	Contabilidade
Thalia Silva Santos	Programa Inclusão Produtiva (Município)	Serviços Gerais

4.1.2. ORGÃOS COLEGIADOS

Sobre as atividades dos órgãos colegiados, o **Conselho Municipal de Previdência** reuniu-se ordinariamente na sede do IPREV Mariana no dia 02/07/2026 para tratar dos seguintes assuntos:

1. Férias regulamentares da Diretora-Presidente no período de 08 a 21/07/2026;
2. Retorno das atividades do IPREV Itinerante, a partir de agosto de 2026;
3. Auditoria do Pró-Gestão em agosto de 2026.

A reunião ordinária do **Conselho Fiscal** foi, excepcionalmente, remarcada para o início do mês subsequente.

O **Comitê de Investimentos** reuniu-se ordinariamente fora da sede do IPREV Mariana, no escritório da empresa Crédito e Mercado Consultoria e Investimentos, em São Paulo – SP, no dia **21/07/2026** para tratar dos seguintes assuntos:

1. Apresentação do cenário econômico nacional e internacional;
2. Apresentação do diagnóstico de carteira do RPPS – base 30/06/2026;
3. Apresentação Institucional da Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos;
4. Deliberação sobre a aplicação do repasse mensal;
5. Deliberação sobre desinvestimento ou investimento na carteira;
6. Deliberação sobre aplicação de recurso proveniente do vencimento de títulos públicos e pagamento de cupons;
7. Aprovação dos pareceres de março, abril, maio e junho.

Apresenta-se no quadro abaixo a estrutura dos órgãos colegiados do IPREV Mariana conforme Lei Complementar nº 173/2018:

Conselho Municipal de Previdência - órgão superior de deliberação colegiada;

Quadro 2. Membros do Conselho Municipal de Previdência – triênio 2025/2027

NOME	VAGA	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
- Sara Quirino de Almeida Antônio Vicente de Freitas	-Titular -Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Eleitos pelos servidores efetivos e beneficiários
- Edinalva da Conceição Silva - Luciana Pyra Ferreira	-Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I CP RPPS CODEL I	
- Juvenil Cassiano dos Santos - Conceição Aparecida Brandão	- Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I -CP RPPS CODEL I	
- Antônio Marcos Ramos de Freitas - Rita Sabina Guilherme da Silva	Titular/ Presidente - Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Indicados pelo Poder Executivo
- Edilene Barbosa Toribio - Helen Oliveira Faria de Assis Rocha	- Titular - Suplente	-CPA 10 e CP RPPS CGINV I -CP RPPS CODEF I	Indicados pelo Poder Legislativo

Conselho Fiscal - órgão fiscalizador responsável por examinar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

Quadro 3. Membros do Conselho Fiscal - triênio 2025/2027

NOME	VAGA	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
- Halysson Mendes e Souza Pinto - André Fernandes da Costa Milanez	- Titular/ Presidente - Suplente	-CP RPPS COFIS I -CP RPPS COFIS I	Eleitos pelos servidores efetivos e beneficiários
- Irma Cassiano dos Santos - Quéli Madureira Campos Ferrarez	-Titular - Suplente	- -CP RPPS CODEL I	
- Ana Cristina do Vale Domingos - Elaine de Souza Nascimento	- Titular - Suplente	-CP RPPS COFIS I -CP RPPS CODEL I	Indicados pelo Poder Executivo
- Sandra Aparecida dos Reis - Bruna Santos Xavier Gomes	- Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Indicados pelo Poder Legislativo
- Adriana Aparecida da Silva Martins - Valéria da Consolação Silva	- Titular - Suplente	-CP RPPS COFIS I -	Indicados pelo Conselho de Previdência com formação em Contabilidade

Comitê de Investimentos - órgão responsável pelas decisões relativas aos investimentos dos recursos garantidores;

Quadro 4. Membros do Comitê de Investimentos – triênio outubro/2024 - outubro/2027

NOME	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
------	-------------------	---------------

- Edilene Barbosa Toribio	- CPA 10 e CP RPPS CGINV I	<i>Indicados pelo Conselho Municipal de Previdência dentre os segurados e beneficiários</i>
- Flavio de Assis Rocha	- CP RPPS CGINV I	
- Ricardo Geraldo Anselmo	- CP RPPS CODEL I; CP RPPS CGINV I e CPA 20	
- Osmerino Anelito Pena/Presidente	- CP RPPS CGINV I	
- Wesley Ferreira de Moraes	- CP RPPS CODEL I; CP RPPS CGINV I e CP RPPS CGINV II	

4.2. ÁREA FINANCEIRA

A análise realizada evidenciou que, no mês de julho de 2026, os repasses das contribuições previdenciárias dos servidores ativos e das contribuições patronais devidas ao IPREV Mariana foram efetuados regularmente pelo próprio Instituto, pela Prefeitura Municipal de Mariana, pela Câmara Municipal de Mariana e pelo SAAE Mariana.

Também foi realizado o acompanhamento dos valores recebidos pelo Instituto a título de compensação financeira entre os regimes previdenciários, por meio do Sistema de Compensação Previdenciária — COMPREV.

Diante das verificações efetuadas nas documentações disponibilizadas pelo setor responsável, constatou-se a regularidade das informações relativas aos recolhimentos previdenciários e às obrigações acessórias, permanecendo o acompanhamento mensal dos recolhimentos e dos valores devidos ao Instituto.

Quadro 5. Acompanhamento da previsão de repasses de contribuições e compensação previdenciária

ÓRGÃO/ENTIDADE	VALOR DE REPASSES
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana - IPREV MARIANA	R\$ 19.757,43
Câmara Municipal de Mariana	R\$ 16.796,59
Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE MARIANA	R\$ 133.420,35
Prefeitura Municipal de Mariana	R\$ 3.817.101,95
Prefeitura Municipal de Congonhas* (contribuição de servidor cedido)	R\$ 2.982,95
Luiz Henrique Correa** (contribuição de servidor licenciado)	R\$ 679,82
COMPREV-INSS/ESTADO DE MG	R\$ 280.910,71
TOTAL	R\$ 4.271.649,80

Fonte: Guias de Recolhimento de Contribuições e sistema COMPREV.

* Recolhimento de contribuições de servidor cedido.

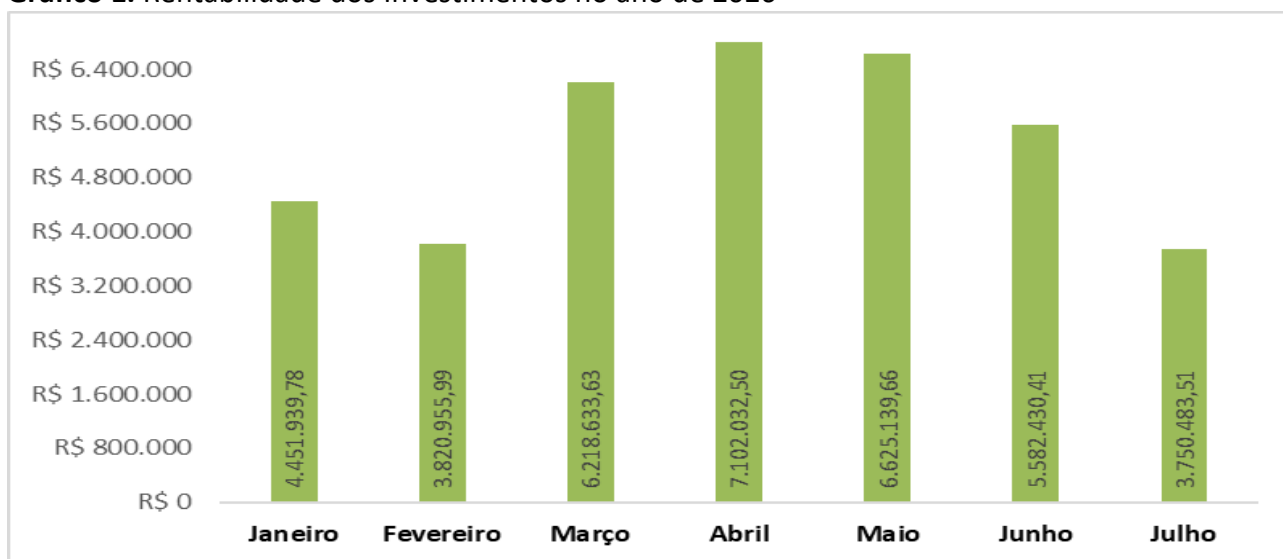
** Recolhimento de contribuições de servidor em licença sem vencimentos

Ainda no que se refere à área financeira, os investimentos do IPREV Mariana, abrangendo recursos previdenciários e administrativos, apresentaram rentabilidade de R\$ 3.750.483,51 (três milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos) no mês em análise.

A carteira encontra-se composta por 97,12% em ativos de renda fixa e 2,01% em renda variável. No período, os investimentos em renda fixa registraram rentabilidade positiva de R\$ 4.225.509,91, enquanto os ativos de renda variável apresentaram resultado negativo de R\$ 475.026,40.

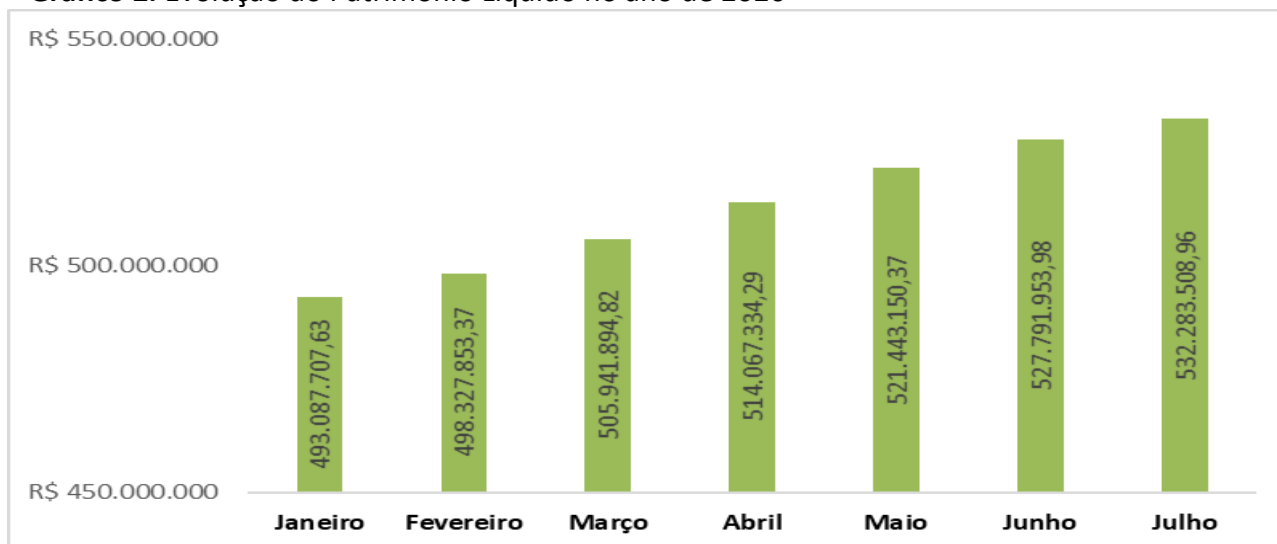
O patrimônio líquido apurado no mês de julho é de R\$ 532.283.508,96 (quinhentos e trinta e dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos), conforme evidenciado nos relatórios contábeis e de investimentos.

Gráfico 1. Rentabilidade dos Investimentos no ano de 2026



Fonte: Relatórios de Investimentos – Crédito e Mercado

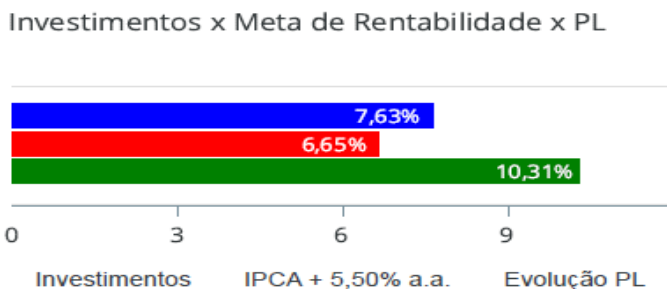
Gráfico 2. Evolução do Patrimônio Líquido no ano de 2026



Fonte: Relatórios de Investimentos – Crédito e Mercado

A meta atuarial foi superada tanto no mês (0,71% frente à meta de 0,54%) quanto no acumulado do exercício (7,63% frente à meta de 6,65%).

Gráfico 3. Investimentos x Meta de Rentabilidade



Fonte: Relatórios de Investimentos julho – Crédito e Mercado

Apresenta-se abaixo a posição consolidada da carteira de investimentos no mês de julho de 2026.

Quadro 6. Carteira consolidada de investimentos



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 31/07/2026

Total para cálculo dos limites da Resolução: R\$ 532.187.000,56

Disponibilidades Financeiras: R\$ 96.508,40

PL Total: R\$ 532.283.508,96

Fundo	Resgate Carência	Saldo	Particip. \$/ PL	Cotistas	% PL Fundo % RPPS/Fundo	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS - OFERTA BALCÃO		379.606.182,03	71,33%		0,00%	7º III
08.703.063/0001-16 ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0 Não há	207.915,21	0,04%	86	0,02%	7º I
26.559.284/0001-44 TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RENDA FIXA SIMPLES	D+0 Não há	7.439.462,02	1,40%	95.577	0,03%	7º I
18.060.364/0001-22 BB CORPORATE BANCOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	D+0 Não há	24.455.683,49	4,60%	6.923	0,06% %	7º V
03.399.411/0001-90 BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	22.911.487,51	4,31%	717	0,07% %	7º V
00.832.435/0001-00 ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	21.997.573,21	4,13%	479	0,25% %	7º V
02.224.354/0001-45 SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	28.031.014,98	5,27%	477	0,61% %	7º V
90.400.888/0001-42 LF SANTANDER - IPCA + 6,59% - VECTO: 20/08/2029	D+0 Não se aplica	37.296.723,64	7,01% 18 II		0,00% %	7º VI
01.578.474/0001-88 BB TECNOLOGIA RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3 Não há	3.489.128,16	0,66%	12.545	1,03% %	8º I
17.502.937/0001-68 CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4 Não há	6.751.830,31	1,27%	344	0,30% %	8º III

Fonte: Relatórios de Investimentos julho – Crédito e Mercado

Em relação ao envio de informações pelo sistema CADPREV da Secretaria de Previdência, o “DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos” está em conformidade e regularizado conforme consulta na data de 19/08/2026.

Acesse o relatório de investimentos na íntegra no seguinte endereço eletrônico:
<https://iprevmariana.mg.gov.br/investimentos/?categoria=relatorios-de-investimentos>

4.3. ÁREA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A análise realizada demonstra o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Compras e Licitações durante o mês de julho de 2026, destacando-se os principais procedimentos administrativos, licitatórios e contratuais realizados no período, conforme quadro a seguir:

Data	Procedimento	Objeto
06/07/2026	Sessão Pública – PRC nº 05/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de impressoras (outsourcing de impressão), incluindo equipamentos, insumos e serviços de impressão, cópia e digitalização.
21/07/2026	Homologação – PRC nº 05/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de impressoras.
27/07/2026	Sessão Pública – PRC nº 06/2026 – Dispensa Eletrônica nº 03/2026	Contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break, sob demanda, pelo período de 12 meses.
29/07/2026	Sessão Pública – PRC nº 07/2026 – Dispensa Eletrônica nº 04/2026	Aquisição de fragmentadora automática de papel de uso departamental.

Durante o período, foram realizadas as emissões das Autorizações de Fornecimento – AF necessárias ao processamento dos pagamentos relativos aos serviços e fornecimentos contratados, conforme informado pelo setor responsável.

No que se refere à gestão contratual, verificou-se a continuidade do acompanhamento dos contratos administrativos em execução, **sendo identificados instrumentos com vencimento próximo, conforme demonstrado no quadro abaixo:**

Fornecedor	Objeto	Vencimento
Clube PASI de Seguros	Seguro de estagiários	31/08/2026
UniversalPrev Software e Consultoria Ltda.	Sistema de Gestão Previdenciária – ASPPREV	04/09/2026
Companhia Itabirana de Telecomunicações Ltda.	Telefonia fixa	04/09/2026
Rachel de Araújo Fragoso	Perícia médica previdenciária	15/09/2026
Voenet Viagens Ltda.	Passagens aéreas	14/10/2026

Em relação ao acompanhamento dos contratos, este ocorreu conforme planilha que segue:

Quadro – Relatório dos contratos vigentes

CONTRATOS	REFERÊNCIA	VIGÊNCIA	ADITIVO	VALOR MENSAL (R\$)
Companhia Itabirana de Telecomunicações Ltda. (Internet)	PRG 01/2024	09/05/2024 a 08/05/2027	2º Termo	1.442,64
Secretaria de Estado de Governo (Publicação – Diário Oficial)	Inex. 01/2025	10/02/2025 a 10/02/2027	1º Termo	Estimativo
Castro Cotta Transportes Ltda. (Vale-Transporte)	Inex. 02/2024	20/03/2024 a 19/03/2027	4º Termo	Estimativo
Aluguel – Sede do IPREV	Inex. 03/2024	01/04/2024 a 31/03/2027	2º Termo	15.181,64
DATAPREV S.A. (Sistema COMPREV)	Inex. 5364/2022	14/01/2022 a 13/01/2027	—	600,00
Clube PASI de Seguros (Seguro de Estagiários)	Dispensa 02/2023	01/09/2024 a 31/08/2026	2º Termo	35,00
Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda.	PRG 03/2024	17/12/2024 a 16/12/2026	2º Termo	2.965,95
CMM Sistemas de Informação e Serviços Ltda.	PRG 41/2022	30/11/2023 a 30/11/2026	3º Termo	6.983,48
ICV Brasil Inspeção, Certificação e Vistoria Ltda.	PRG 03/2023	05/01/2025 a 04/01/2027	2º Termo	Estimativo
Licitar Digital Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	Termo de Cooperação Técnica nº 01/2023	01/01/2025 a 31/12/2026	3º Termo	Não oneroso
Padaria Irmãos Santos Andrade Ltda. – EPP	Dispensa 02/2025	15/05/2025 a 15/05/2027	1º Termo	Estimativo
Rachel de Araújo Fragoso	Inex. 04/2024	16/09/2024 a 15/09/2026	1º Termo	Estimativo
Consignet Sistemas Ltda.	Termo de Cooperação Técnica nº 0309/2024	03/09/2024 a 02/09/2029	—	Não oneroso

CONTRATOS	REFERÊNCIA	VIGÊNCIA	ADITIVO	VALOR MENSAL (R\$)
GMAES Telecom Ltda.	PRG 01/2025	03/05/2025 a 03/05/2027	1º Termo	811,51
DIXI VEXT Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.	Dispensa 01/2025	14/05/2025 a 15/05/2027	1º Termo	23,43
Gás Dulico Ltda.	Dispensa 03/2025	29/05/2025 a 28/05/2027	1º Termo	Estimativo
UniversalPrev Software e Consultoria Ltda. – ASPPREV	PRG 02/2025	04/09/2025 a 04/09/2026	—	4.741,66
Companhia Itabirana de Telecomunicações Ltda. (Telefonia Fixa)	PRG 03/2025	04/09/2025 a 04/09/2026	—	105,23
Voenet Viagens Ltda.	PRG 05/2025	14/10/2025 a 14/10/2026	—	Estimativo
RTM Consultores Associados Ltda.	Inex. 03/2025	24/09/2025 a 24/09/2026	1º Termo	6.000,00
Amanda Patrícia Dias	Ata de Registro de Preços nº 02/2025	27/05/2025 a 27/05/2027	1º Termo	Estimativo
Zenite Comercial Ltda.	Ata de Registro de Preços nº 01/2026	31/03/2026 a 31/03/2027	—	Estimativo
WS Uniformes Ltda.	Ata de Registro de Preços nº 02/2026	31/03/2026 a 31/03/2027	—	Estimativo
Mottas Assessoria Ltda.	Inex. 01/2026	03/06/2026 a 03/09/2026	—	—
Papelaria e Copiadora Copysul Ltda. (Locação de Impressoras)	PRG 02/2026	21/07/2026 a 21/07/2027	—	748,25

Fonte: Informações fornecidas pelo Setor de Compras e Licitações.

Observações do Controle Interno

Verificou-se a continuidade do acompanhamento dos procedimentos de contratação e das vigências contratuais pelo setor responsável, permitindo a identificação antecipada dos instrumentos próximos do encerramento e o planejamento das providências administrativas cabíveis.

Considerando os contratos com término previsto para os próximos meses, permanece importante o acompanhamento dos respectivos prazos, de modo que eventuais renovações, novas contratações ou demais providências necessárias sejam adotadas em tempo hábil, evitando a interrupção de serviços necessários ao funcionamento do Instituto.

Nas verificações realizadas pelo Controle Interno, não foram identificadas irregularidades na condução das atividades do Setor de Compras e Licitações no período, permanecendo os procedimentos de contratação em andamento e as vigências contratuais sob acompanhamento.

4.4. ÁREA DE BENEFÍCIOS

A análise realizada demonstra que, no mês de julho de 2026, foram concedidos 04 (quatro) benefícios de aposentadoria, não havendo concessão de pensão por morte ou registro de benefício indeferido no período analisado.

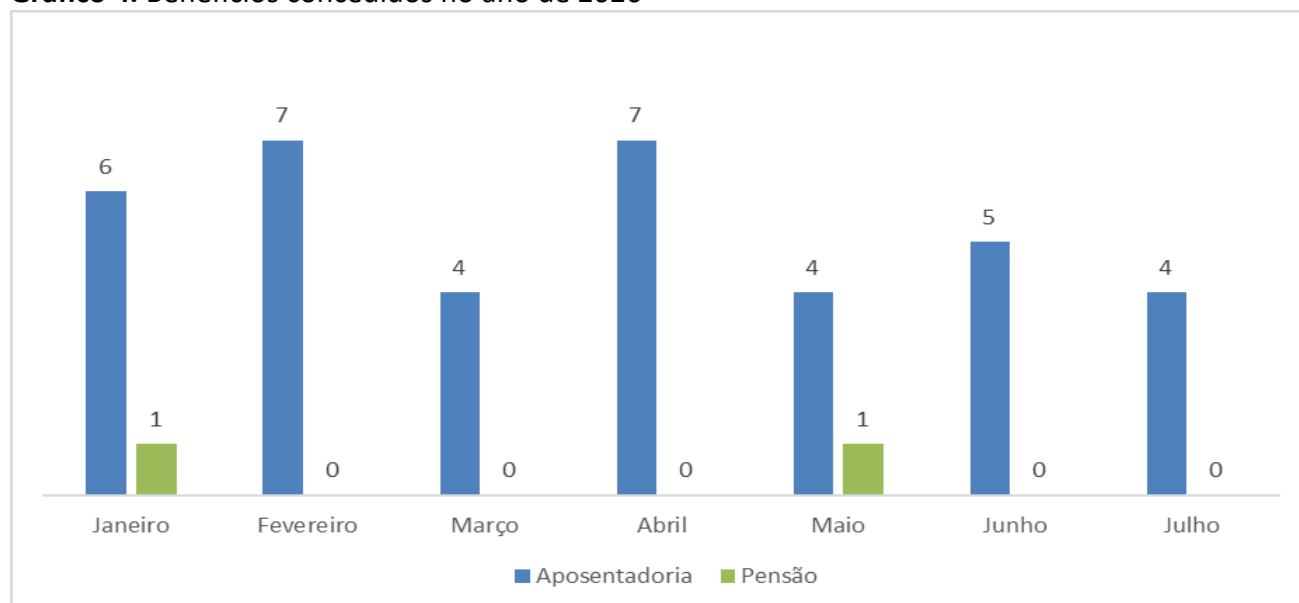
O acolhimento dos novos aposentados foi realizado no dia 07 de julho de 2026, mantendo-se a iniciativa institucional voltada à recepção dos beneficiários e à aproximação destes com o Instituto.

Quadro – Benefícios concedidos

Nome	Benefício	Cargo
Darllem Govas Pimenta Barreira	Aposentadoria	Médico – Diversas Áreas
Andreia Tavares Ferreira e Silva	Aposentadoria	Professor da Educação Básica
Maura Gonçalves dos Santos	Aposentadoria	Auxiliar de Serviços
William Siqueira da Silva	Aposentadoria	Agente de Segurança

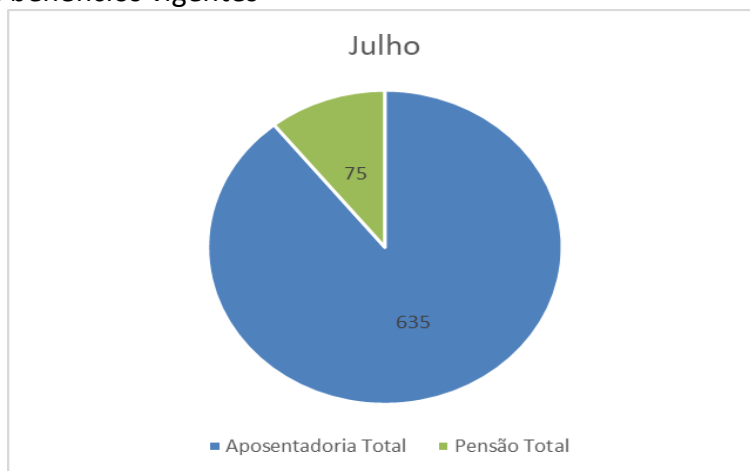
Fonte: Informações fornecidas pelo Setor de Benefícios.

Gráfico 4. Benefícios concedidos no ano de 2026



Fonte: Relatório de Concessão de Benefícios Julho – Sistema Aspprev

Gráfico 5. Total de benefícios vigentes



Fonte: Relatório de Benefícios vigentes/em pagamento - julho/2026 – Sistema Aspprev

Quanto ao Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV, com base nas informações disponibilizadas pelo setor referentes à competência julho de 2026, verificou-se a seguinte situação:

- 317 requerimentos aguardam análise documental;
- 01 requerimento aguarda análise médica;
- 255 requerimentos encontram-se em fase de compensação pelo RGPS;
- 25 requerimentos encontram-se em pagamento pelo RPPS do Estado de Minas Gerais;
- 06 requerimentos aguardam compensação de aposentadoria relacionada à pensão;
- 16 requerimentos encontram-se em exigência, aguardando homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- 01 requerimento encontra-se em análise pelo perito médico.

Adicionalmente, 16 requerimentos encaminhados pelo IPREV Mariana encontram-se em análise pelo RPPS do Estado de Minas Gerais, dos quais 14 aguardam análise documental e 02 encontram-se em exigência, aguardando homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Atualmente, o Instituto recebe compensação previdenciária relativa a 255 requerimentos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e a 25 requerimentos do RPPS do Estado de Minas Gerais.

No período, foi creditado na conta do Instituto o valor de **R\$ 268.520,64**, referente à compensação previdenciária da competência maio de 2026 do RGPS, bem como o valor de **R\$ 12.390,07**, referente à competência maio de 2026 do RPPS do Estado de Minas Gerais. Conforme informado pela Diretoria Previdenciária, até o momento o IPREV Mariana não realiza pagamentos a título de compensação previdenciária.

Durante o mês foram realizados aproximadamente 53 atendimentos presenciais, relacionados a aposentadorias, pensões por morte, simulações de aposentadoria e demais orientações previdenciárias. Foram realizadas ainda 26 simulações de aposentadoria, apurações quanto ao cumprimento dos requisitos para concessão de Abono de Permanência, 03 perícias médicas, sendo duas destinadas à concessão e uma à revisão, além da emissão de 02 Certidões de Tempo de Contribuição – CTC.

No que se refere ao controle externo, foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do sistema FISCAP, 05 (cinco) processos de concessão de benefícios. Conforme informado pelo setor, não houve, no período analisado, intimação do Tribunal de Contas referente a inconsistências em processos de concessão de aposentadoria ou pensão por morte.

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas pela Diretoria Previdenciária demonstram a continuidade da instrução e análise dos processos de benefícios, do atendimento aos segurados, da emissão de Certidões de Tempo de Contribuição e do acompanhamento da compensação previdenciária.

Observa-se, ainda, a manutenção do acompanhamento dos requerimentos junto ao COMPREV e dos processos encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sendo importante a continuidade do monitoramento dos requerimentos que permanecem aguardando análise ou em situação de exigência.

Com base nas informações e documentos analisados, **não foram identificadas irregularidades nos processos e atividades da área de benefícios verificadas no período**, mantendo-se o acompanhamento dos processos previdenciários e da compensação previdenciária como atividade regular do Controle Interno.

4.5. ÁREA CONTÁBIL E E-SOCIAL

A análise realizada demonstra que, no mês de julho de 2026, foram registrados os lançamentos contábeis relativos às receitas provenientes das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, bem como dos valores recebidos a título de compensação previdenciária, em conformidade com as informações disponibilizadas pelo setor responsável.

Quanto ao envio das obrigações acessórias aos órgãos de controle e fiscalização, verificou-se o seguinte status de transmissão das informações:

- **Folha de Pagamento (FLPG/SICOM):** enviada referente à competência junho/2026, em 11/07/2026;
- **Acompanhamento Mensal (AM):** enviado até a competência de julho;
- **Balancete:** enviado até a competência de junho;
- **eSocial:** enviado referente à competência junho/2026, em 08/07/2026;
- **DCTFWeb (e-CAC):** enviada referente à competência junho/2026, em 08/07/2026.

Observações do Controle Interno

A documentação analisada demonstra a continuidade do cumprimento das obrigações periódicas relacionadas aos sistemas contábeis, previdenciários e de prestação de contas utilizados pelo Instituto.

O acompanhamento dos envios ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos demais sistemas governamentais permanece entre as atividades regulares do Controle Interno, considerando sua importância para a adequada prestação de contas e para a regularidade institucional do RPPS.

Nas verificações realizadas, **não foram identificadas irregularidades quanto às obrigações acessórias analisadas no período.**



Bem vindo(a) ELIZANGELA SARA LANA GOMES - [CLIPAR CADASTRO](#)
Instituição selecionada: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV



ENVIO REAL

 ENVIO
  SUBSTITUIÇÃO
  HISTÓRICO DAS TRANSMISSÕES
  CALENDÁRIO
  NOTIFICAÇÃO LRF
  ATIVAR ÓRGÃO

Status de Envio - 2026

IP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AH												
BLC												
PRO												
FLPG												

HISTÓRICO DAS TRANSMISSÕES

Código de acompanhamento:

Mês:

Exercício:

Válida:

Módulo:

Órgão / Entidade:

Atual:

Data Inicio:

Data Fim:

Cód. de Acomp.	Data/Hora Envio	Órgão	Módulo	Mês	Exercício	Atual	Válida	Advertência
973896420	18-08-2026 14:23	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	AM	7	2026	Sim	Sim	Sim
973889770	13-08-2026 15:44	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	FLPG	7	2026	Sim	Sim	Sim
973865773	28-07-2026 16:11	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	BALANCETE	6	2026	Sim	Sim	Sim
973865601	28-07-2026 15:41	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	AM	6	2026	Sim	Sim	Sim
973865270	28-07-2026 14:50	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	BASICO	0	2026	Sim	Sim	Não
973828240	06-07-2026 08:41	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	FLPG	6	2026	Sim	Sim	Sim
973819768	30-06-2026 09:38	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	EDITAL	0	2026	Sim	Sim	Não
973819755	30-06-2026 09:36	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	BASICO	0	2026	Sim	Sim	Não
973814129	26-06-2026 13:07	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	BALANCETE	5	2026	Sim	Sim	Sim
973811677	25-06-2026 16:20	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARIANA IPREV	AM	5	2026	Sim	Sim	Sim

Total de 26 registro(s)

Fonte: SICOM -TCE/MG – Consulta realizada em 19/08/2026.

4.6. PATRIMÔNIO E CONTROLE DE ESTOQUE

No mês de julho de 2026, verificou-se a continuidade das atividades relacionadas à gestão patrimonial e ao controle de estoque do Instituto, com movimentações decorrentes da aquisição de materiais de escritório e de equipamentos de informática e tecnologia da informação destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do IPREV Mariana.

Quadro – Registros patrimoniais e de estoque – Julho/2026

SF nº	Credor	Objeto
164/2026	Oscimar Cota Barbosa	Aquisição de materiais para escritório.
171/2026	MRG Digital Assessoria e Design Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.
173/2026	HM Informática Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.

No que se refere à incorporação de bens permanentes, foram registrados no patrimônio do Instituto os seguintes equipamentos:

Placa	Descrição	Data da aquisição	Valor
438	Monitor LG Gamer 24"	21/07/2026	R\$ 677,99
439	Monitor LG Gamer 24"	21/07/2026	R\$ 677,99
440	Switch Huawei eKit 48 portas	28/07/2026	R\$ 3.396,00
441	Projetor BenQ EH600	28/07/2026	R\$ 6.503,00
442	Access Point Ubiquiti UniFi U6 Pro	28/07/2026	R\$ 1.903,98

Fonte: Relatório mensal do Setor da Diretoria Administrativa e Financeira.

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas no período demonstram a continuidade dos procedimentos de registro e acompanhamento dos materiais e bens destinados ao funcionamento do Instituto.

A incorporação de novos equipamentos no período contribui para a atualização da estrutura administrativa e tecnológica do IPREV Mariana e reforça a importância da continuidade dos procedimentos de registro e acompanhamento patrimonial, favorecendo a organização, a adequada identificação dos bens e a confiabilidade das informações patrimoniais.

Com base nas informações analisadas, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à gestão patrimonial e ao controle de estoque no período**, permanecendo o acompanhamento da área entre as atividades regulares do Controle Interno.

4.7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IPREV Mariana mantém ações voltadas à transparência institucional por meio da divulgação de informações em seu sítio eletrônico oficial, além da disponibilização de canais de atendimento aos segurados e à sociedade, como e-mail institucional, telefone, WhatsApp e o aplicativo "ASPPREV – Meu IPREV", contribuindo para o acesso às informações e aos serviços previdenciários.

No que se refere à segurança da informação, permanecem as rotinas de backup realizadas pelas empresas responsáveis pelos sistemas informatizados utilizados pelo Instituto, bem como os procedimentos internos de salvaguarda de arquivos em ambiente de rede compartilhada com o servidor da Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da infraestrutura OpenVPN, conforme previsto na Política de Segurança da Informação.

A área de Tecnologia da Informação conta com servidor designado para prestar suporte às demandas internas do Instituto, além do apoio técnico disponibilizado pelo setor de Tecnologia da Informação do Município, contribuindo para a manutenção dos sistemas, da infraestrutura tecnológica e do atendimento às necessidades operacionais da Autarquia.

No mês de julho de 2026, destaca-se a incorporação de novos equipamentos destinados ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica do Instituto, compreendendo monitores, switch de rede, projetor multimídia e access point.

Observações do Controle Interno

A aquisição dos novos equipamentos contribui para a atualização e o aprimoramento da infraestrutura tecnológica disponível, oferecendo suporte às atividades administrativas e previdenciárias desenvolvidas pelo Instituto.

No período analisado, foram mantidos os procedimentos relacionados à segurança da informação, backup e suporte tecnológico já adotados pelo IPREV Mariana.

Nas verificações realizadas pelo Controle Interno, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à área de Tecnologia da Informação no período analisado**, permanecendo o acompanhamento da infraestrutura e dos procedimentos de segurança da informação entre as atividades regulares desta Controladoria.

4.8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Em relação à Execução Orçamentária da Receita, o demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por natureza, indicando o percentual arrecadado no mês de julho de 2026.

Quadro 9. Demonstrativo da receita total arrecadada no mês

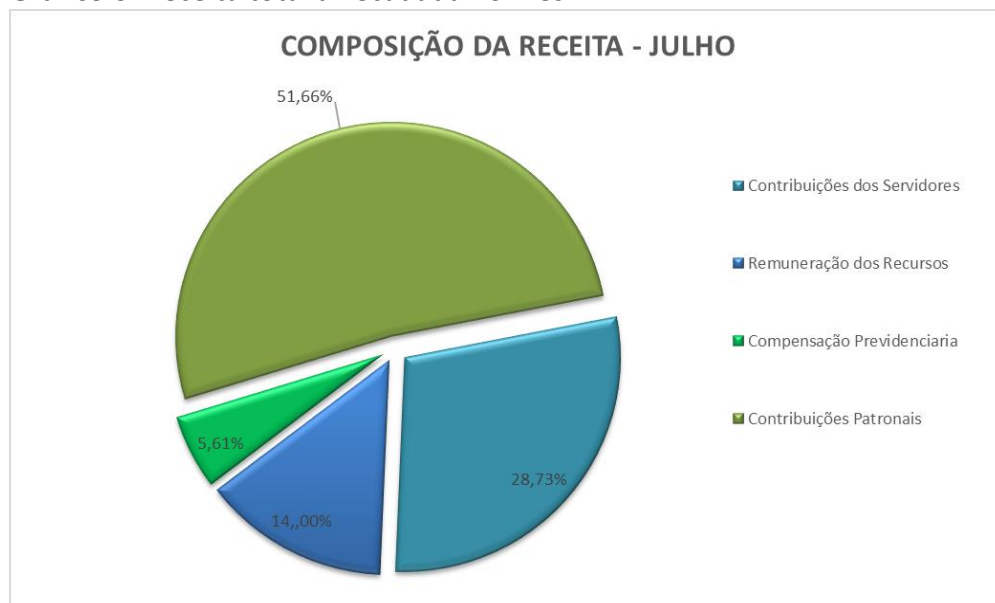
CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA ARRECADADA (R\$)
RECEITAS CORRENTES¹	
Contribuições dos Servidores	1.438.206,05
Remuneração dos Recursos do RPPS	700.651,04
Outras Restituições	-
Compensação Previdenciária/COMPREV	280.910,71
Contribuições Patronais	2.585.947,86
Total	R\$ 5.005.715,66

Fonte: Dados retirados do Balancete de Receita de julho/2026 – Betha Cloud

¹ Nota Explicativa: Composição do total Arrecadado “Receitas Correntes”

O art. 11 da Lei nº 4.320/64 dispõe: A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982). §1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982) (...). No quadro acima, foram considerados para composição do saldo das receitas correntes entre outros: as receitas referentes às contribuições dos servidores e contribuições patronais. É importante ressaltar que, conforme Lei nº 064/2008 e posteriormente alterado pela Lei Complementar Municipal nº141/2014, o recolhimento das contribuições dos segurados obrigatórios e dos empregados será efetuado ao IPREV Mariana até o 15º (décimo quinto) dia útil, após a data de pagamento da remuneração dos servidores municipais. Nesse sentido as guias de recolhimento das contribuições emitidas por competência serão repassadas ao Instituto respeitando o prazo estabelecido, conforme lei acima citada.

Gráfico 6. Receita total arrecadada no mês



Fonte: Balancete de Receita - Betha Cloud

4.9. EXECUÇÃO DA DESPESA

Quanto à Execução da Despesa, o demonstrativo apresenta as despesas detalhadas por grupo de natureza da despesa, evidenciando o percentual realizado no mês de julho de 2026.

Quadro 10. Demonstrativo da despesa total realizada no mês

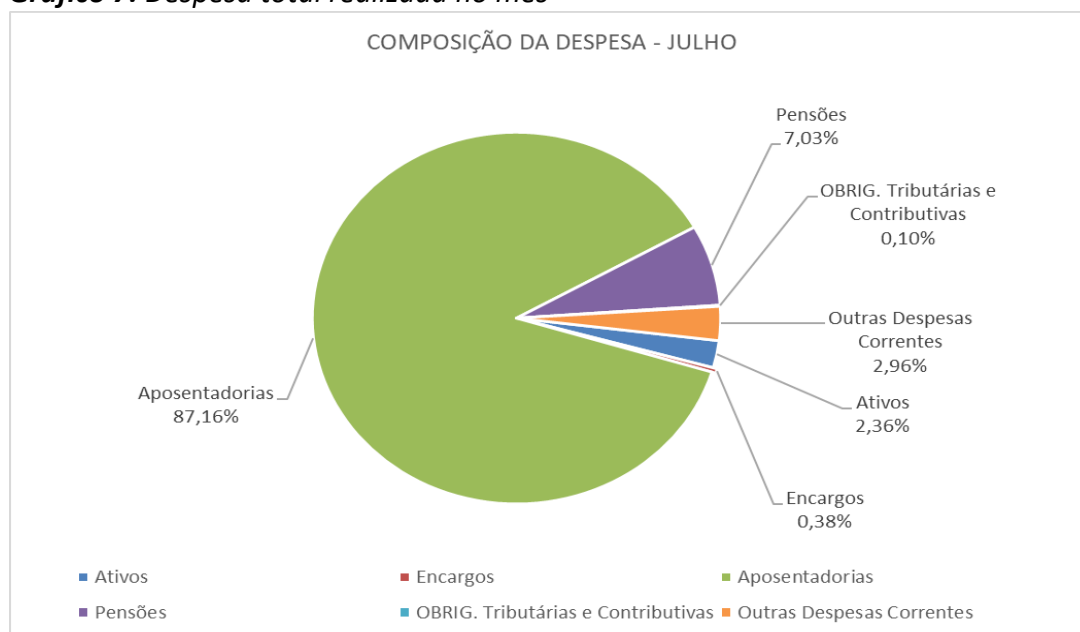
NATUREZA DA DESPESA	VALOR (R\$)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Ativos	84.421,46
Encargos	13.723,92
MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
Aposentadorias	3.115.206,33
Pensões	251.425,14
OBRIG. TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (PASEP)	3.670,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES²	105.715,43
Total	R\$ 3.574.163,13

Fonte: Dados retirados do Balancete de Despesa de julho/2026 - Betha Cloud

² Nota Explicativa: Composição do Saldo "Outras Despesas Correntes"

Trata-se do grupo de natureza da despesa em que se computam os gastos com a manutenção das atividades do IPREV Mariana. No quadro acima, foram considerados para composição do saldo os gastos com: material de consumo, passagens, despesas de locomoção, serviços de consultoria e serviços de terceiros Pessoa Física e Jurídica. Os serviços de terceiros Pessoa Física e Jurídica também estão incluídos as despesas com estagiários, despesas com energia, telefone e serviços postais, caracterizadas como serviços contínuos e essenciais para o funcionamento da entidade pública, sem os quais se tornam inviáveis a consecução de suas atividades e a preservação do seu patrimônio. Acrescente-se a isso é realizada a contratação direta desses serviços com emissão de nota de empenho estimativo de despesa.

Gráfico 7. Despesa total realizada no mês



Fonte: Balancete de Despesa julho 2026 – Betha Cloud

Observações do Controle Interno

A análise conjunta da execução orçamentária da receita e da despesa demonstra o comportamento das principais fontes de ingresso e das despesas realizadas pelo Instituto no período, permitindo o acompanhamento da movimentação financeira e orçamentária do RPPS.

A execução da despesa permaneceu concentrada, principalmente, no pagamento dos benefícios previdenciários, em consonância com a finalidade institucional do Instituto.

O acompanhamento mensal da execução orçamentária contribui para o monitoramento do equilíbrio entre receitas e despesas e para a identificação de eventuais variações que demandem análise específica.

Nas verificações realizadas, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à execução orçamentária da receita e da despesa no período analisado.**

4.10. ÁREA JURÍDICA

No mês de julho de 2026, o Setor Jurídico deu continuidade às atividades de assessoramento e consultoria jurídica à Administração do Instituto, prestando suporte técnico às demandas institucionais, aos processos administrativos, às matérias previdenciárias e aos procedimentos relacionados às áreas de benefícios, licitações e contratos.

Durante o período, o setor participou de reuniões da Diretoria Executiva e de alinhamentos internos destinados à definição de prioridades e ao acompanhamento das demandas institucionais. Também foram realizados estudos normativo-jurídicos, elaboração de documentos oficiais, emissão de pareceres e manifestações em processos administrativos, atendimento presencial aos beneficiários do RPPS e apoio técnico às demandas encaminhadas pela Administração e pelo Setor de Compras.

No período, foram elaborados 06 (seis) pareceres jurídicos relativos à concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, 01 (um) parecer relacionado a licitações e contratos administrativos, 02 (duas) manifestações em processos administrativos e 07 (sete) minutas de Portarias destinadas à área de benefícios e à Diretoria da Presidência.

Quanto ao contencioso judicial, verificou-se o acompanhamento de **12 (doze) processos** em que o Instituto figura como parte ou interessado, envolvendo matérias relacionadas a benefícios previdenciários, contribuições previdenciárias, processos administrativos, questões eleitorais e licitações. Os processos encontram-se em diferentes fases de tramitação ou já arquivados, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 11. Relação de processos judiciais – PJe

Nº DO PROCESSO / PARTE	PRETENSÃO	DEFESA	SITUAÇÃO
01 – 5004488-63.2025.8.13.0400 – Selma Gonçalves da Silva	Pagamento de diferenças remuneratórias em provento de aposentadoria após reconhecimento de progressão.	Em análise.	Pendente de citação.
02 – 5003754-49.2024.8.13.0400 – Sara Quirino Almeida	Reconhecimento de atividade em rede de Ensino Superior e no PIP como de efetivo exercício de magistério.	Impossibilidade. Vedação legal e constitucional.	Processo remetido à Turma Recursal – Viçosa. Apto para julgamento.
03 – 5003187-81.2025.8.13.0400 – Adriana Carla de Oliveira Ramalho	Descontos previdenciários. Previdência Complementar.	Pedido de adesão voluntária da parte ré. Ausência de requerimento.	Pretensão da autora julgada improcedente.
04 – 5004321-46.2025.8.13.0400 – Marisa Bernadete Alves Trindade	Requerimento de aposentadoria por invalidez.	Servidora aposentada pelo RPPS Estadual utilizando tempo e contribuição do cargo público municipal.	Pendente de citação. Pedido liminar indeferido. Agravo de instrumento não provido.
05 – 5001498-02.2025.8.13.0400 – Eloi Martins de Melo	Pedido de concessão de aposentadoria compulsória, com pedido liminar.	Utilização de contribuição do cargo efetivo para aposentação no RGPS.	Concluso para julgamento.
06 – 5005337-40.2022.8.13.0400 – Helenice da Conceição Dutra	Reconhecimento de tempo de reintegração como efetivo exercício de magistério para fins previdenciários e danos morais.	O requerente apresentou réplica à contestação.	Pretensão da autora julgada improcedente.
07 – 5003504-95.2022.8.13.0461 – Maria Geralda Rodrigues de Paula	Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição desde a data de entrada do requerimento de aposentadoria, além de danos morais.	O requerente apresentou réplica à contestação.	Pretensão da autora julgada improcedente em sede recursal. Reexame necessário de ofício declarando ilegal a Lei Municipal nº 3.617/2022.

Nº DO PROCESSO / PARTE	PRETENSÃO	DEFESA	SITUAÇÃO
08 – 5004822-05.2022.8.13.0400 – Jadir Ferreira do Nascimento	Conversão de auxílio-doença em benefício de aposentadoria por invalidez.	Aguardando realização de perícia médica.	Recurso de apelação em análise.
09 – 5002159-83.2022.8.13.0400 – Elizangela Sara Lana Gomes	Suspensão da coleta de votos referente às eleições do IPREV Mariana e posse no cargo de Diretor-Presidente conforme resultado da eleição.	Pedidos integralmente cumpridos. Não houve objeção pelo IPREV nem pela Comissão Eleitoral.	Processo sentenciado. Arquivado sem julgamento do mérito. Perda do objeto.
10 – 5002801-85.2024.8.13.0400 – Ministério Público/MG	Anulação de Processo Licitatório – PRO 07/2024, com pedido liminar de suspensão.	Processo em fase instrutória. Não houve homologação do certame, bem como adjudicação do objeto.	Arquivado definitivamente.
11 – 5000465-45.2023.8.13.0400 – Weber Ramos	Reconhecimento de direito adquirido – concessão de aposentadoria desde a data do requerimento administrativo.	O requerente apresentou réplica à contestação.	Arquivado definitivamente.
12 – 5005693-35.2022.8.13.0400 – Euclides Crescencio de Jesus	Mandado de Segurança – requerimento de julgamento de pedido administrativo.	O requerente protocolou Recurso de Apelação à 2ª Instância.	Arquivado definitivamente.

Fonte: Relatório do Setor Jurídico do IPREV Mariana – julho 2026 / consulta ao PJe.

O relatório do Setor Jurídico registra, ainda, a existência de procedimentos extrajudiciais de controle de constitucionalidade relacionados à legislação municipal e à estrutura administrativa do Instituto, os quais se encontram em tramitação.

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas pelo Setor Jurídico demonstram a continuidade do assessoramento técnico às demandas institucionais e do acompanhamento dos processos judiciais, administrativos e extrajudiciais envolvendo o Instituto, contribuindo para a segurança jurídica dos atos e para o suporte às decisões da Administração.

As informações analisadas demonstram a continuidade regular das atividades do Setor Jurídico, não tendo sido identificadas, nas verificações realizadas pelo Controle Interno, ocorrências que demandassem apontamento específico quanto à atuação do setor no período.

4.11. TRANSPARÊNCIA

O IPREV Mariana mantém seu Portal da Transparência e o sítio eletrônico institucional como instrumentos de divulgação das informações de interesse público, disponibilizando documentos

relacionados à gestão previdenciária, financeira, administrativa e de investimentos, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

No mês de julho de 2026, verificou-se a continuidade da divulgação das informações institucionais e dos atos administrativos do Instituto. Entre as publicações realizadas no Diário Oficial do Município, destacam-se portarias de concessão de benefícios previdenciários, atos relacionados à gestão administrativa, procedimentos de contratação e atos referentes à execução contratual.

Permanece, ainda, a divulgação de documentos e informações relacionados às atividades do Instituto por meio dos canais institucionais destinados à transparência e ao acesso à informação.

Observações do Controle Interno

A manutenção dos canais de transparência contribui para o acesso às informações relativas à gestão do RPPS e possibilita o acompanhamento das atividades do Instituto pelos segurados, órgãos colegiados, órgãos de controle e pela sociedade.

No período analisado, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à divulgação das informações verificadas pelo Controle Interno**, permanecendo a transparência ativa como atividade de acompanhamento contínuo desta Controladoria.

4.12. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

No mês de julho de 2026, verificou-se a renovação administrativa do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do Município de Mariana.

O novo certificado foi emitido em 11 de julho de 2026, com validade até 07 de janeiro de 2027, certificando a situação regular do Município quanto ao Regime Próprio de Previdência Social, nos termos da legislação aplicável.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Mariana UF: MG
CNPJ Principal: 18.295.303/0001-44

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 11/07/2026
VÁLIDO ATÉ 07/01/2027



N.º 984799 - 255468

Fonte: Consulta ao Certificado de Regularidade Previdenciária – Sistema CADPREV/Secretaria de Regime Próprio e Complementar.

Observações do Controle Interno

A renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária demonstra a manutenção da regularidade previdenciária do Município e constitui importante indicador do cumprimento das obrigações relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social.

Considerando a relevância do CRP para a regularidade institucional do RPPS e para os atos que dependem de sua validade, o Controle Interno mantém o acompanhamento periódico da situação do certificado e das obrigações necessárias à sua manutenção.

Nas verificações realizadas, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à situação do Certificado de Regularidade Previdenciária no período analisado.**

Para consulta ao extrato do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), acesse:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/extrato/extratoExterno.xhtml?cnpj=18295303000144>

4.13. ATUARIAL

O IPREV Mariana realiza, anualmente, a reavaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, encaminhando os resultados por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) à Secretaria de Previdência, em conformidade com os prazos e requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

O Relatório de Avaliação Atuarial mais recente, emitido em 27 de fevereiro de 2026, apurou déficit atuarial de R\$ 872.151.072,54 (oitocentos e setenta e dois milhões, cento e cinquenta e um mil, setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Quadro 12. Resultados da Avaliação Atuarial de 2026

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBC + RMBaC)	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 500.310.103,24
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ 855.272.589,77
(=) Reserva Matemática (RMBC + RMBaC)	R\$ 1.355.582.693,01
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 483.431.620,47
(=) Déficit Atuarial (Reserva a Amortizar)	R\$ 872.151.072,54

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2026 – FAC Gestão Atuarial.

Em comparação com a Avaliação Atuarial de 2025, que apurou déficit atuarial de R\$ 979.705.794,18, observa-se redução de R\$ 107.554.721,64, indicando evolução favorável dos resultados atuariais do plano, sem afastar a necessidade de adoção e acompanhamento contínuo de medidas voltadas à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Observações do Controle Interno

O equilíbrio financeiro e atuarial constitui aspecto essencial para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social e permanece como matéria de acompanhamento contínuo pela Administração, pelos órgãos colegiados e pelo Controle Interno.

Embora a Avaliação Atuarial de 2026 demonstre redução do déficit em relação ao exercício anterior, o montante apurado ainda representa fator de atenção para a gestão previdenciária, justificando a continuidade do acompanhamento dos estudos atuariais e das medidas destinadas ao seu equacionamento.

No período analisado, **não foram identificadas irregularidades relacionadas ao cumprimento das obrigações atuariais verificadas**, permanecendo o déficit atuarial como ponto de acompanhamento em razão de sua relevância para a sustentabilidade do RPPS.

4.14. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, tem por objetivo incentivar a adoção de boas práticas de gestão pelos Regimes Próprios de Previdência Social, estruturando-se nos pilares de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

No âmbito do IPREV Mariana, registra-se que o Instituto obteve a Certificação Institucional Nível III em junho de 2024. Posteriormente, nos dias 18 e 19 de agosto de 2025, foi submetido à auditoria de supervisão presencial, mantendo a certificação obtida.

A certificação permanece válida até 10 de julho de 2027. Durante o mês de julho de 2026, foram mantidas as ações relacionadas ao atendimento e à manutenção dos requisitos exigidos pelo Programa Pró-Gestão RPPS, tendo em vista a auditoria de supervisão programada para o mês de agosto.



CERTIFICADO

Certificado nº: ICVRPPS.002.PG-001-2024/Rev00

A ICV Brasil - Inspeção, Certificação e Vistoria

Certifica que a Autarquia :

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE MARIANA - IPREV MARIANA
CNPJ: 30.317.936/0001-01
Rua Santa Cruz, 28 – Barro Preto
Mariana/MG - CEP: 35420-000.

Implementou e cumpre as exigências estabelecidas no

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no:

Nível III (Recertificação)

Através de auditoria realizada pelo **ICV BRASIL** foi comprovado atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 6/2024.

Validade do Certificado: 10/07/2027

São Paulo, 11 de julho de 2024


Suzete Schipa Suzuki
CEO



ICV Brasil - Rua General Jardim, 633 - Vila Buarque
São Paulo - SP - CEP 01223-011 / (11) 3150-0640



CERTIFICADO

Certificado nº: ICVRPPS.011.PG-001-2024/Rev00

A ICV Brasil - Inspeção, Certificação e Vistoria

Certifica que o (a) :

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE MARIANA - IPREV MARIANA.
CNPJ: 30.317.936/0001-01
Endereço da Unidade Gestora: Rua Santa Cruz, 28 – Barro Preto – Mariana (MG) - CEP: 35424-176 - Brasil
Representante Legal da Unidade Gestora: Elizângela Sara Lana
Representante do Ente Federativo: Juliano Vasconcelos Gonçalves

Implementou e cumpre as exigências estabelecidas no

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015 alterada pela Portaria MF Nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no:

Nível III (Supervisão)

Através de auditoria realizada pelo **ICV BRASIL** foi comprovado atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, autorizado pela Portaria SPPEC nº 446, publicada em 21/02/2025.

Validade do Certificado: 10/07/2027

São Paulo, 22 de Agosto de 2025


Suzete Schipa Suzuki
CEO



ICV Brasil - Av. Paulista, 777 - 15º andar - sala 13
Cerqueira Cesar - São Paulo - SP - CEP 01311-914

Registra-se, para fins de atualização da informação, que a auditoria de supervisão foi realizada nos dias **17 e 18 de agosto de 2026**, portanto após o período de referência deste relatório.

O acompanhamento dos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS integra as atividades relacionadas ao fortalecimento dos controles internos, da governança corporativa e da educação previdenciária do Instituto.

Durante o período de referência, verificou-se a continuidade das ações destinadas à manutenção da Certificação Institucional Nível III. A realização da auditoria de supervisão em agosto constitui etapa de verificação da continuidade do atendimento aos requisitos do Programa, devendo seus resultados e eventuais providências decorrentes ser acompanhados nos períodos subsequentes.

Nas verificações realizadas pelo Controle Interno referentes ao mês de julho, **não foram identificadas irregularidades relacionadas aos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS analisados no período.**

O Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.1, atualmente vigente, pode ser consultado no endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/manual-do-pro-gestao-rpps>

Os requisitos para a certificação profissional dos dirigentes, conselheiros e membros dos Comitês de Investimentos dos RPPS podem ser consultados no portal da Secretaria de Previdência, disponível em:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/Requisitos-para-Dirigentes-e-Conselheiros-de-RPPS>

4.15. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O IPREV Mariana desenvolve ações de Educação Previdenciária com o objetivo de disseminar informações sobre o Regime Próprio de Previdência Social, ampliar o conhecimento dos segurados acerca de seus direitos e deveres e fortalecer a transparência e o relacionamento institucional.

Entre as iniciativas desenvolvidas pelo Instituto destaca-se o projeto **IPREV Itinerante**, voltado à aproximação do RPPS com seus segurados por meio da divulgação de informações previdenciárias, realização de orientações, simulações de aposentadoria e atendimentos individualizados.

No mês de julho de 2026, não foram realizadas atividades do projeto IPREV Itinerante. Conforme informado pela Diretora-Presidente, as ações foram temporariamente suspensas em razão dos trâmites relacionados ao processo eleitoral do Instituto, estando prevista a retomada das atividades nos meses subsequentes.

Observações do Controle Interno

A Educação Previdenciária constitui importante instrumento de aproximação do Instituto com seus segurados e integra um dos pilares do Programa Pró-Gestão RPPS.

No período analisado, **não foram identificadas irregularidades relacionadas à área de Educação Previdenciária**, registrando-se apenas a interrupção temporária das atividades, devidamente justificada pela Administração.

As informações sobre o projeto IPREV Itinerante podem ser consultadas no Portal do IPREV Mariana:

<https://iprevmariana.mg.gov.br/educacao-previdenciaria/iprev-itinerante/>

5. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO NO PERÍODO

No mês de julho de 2026, o Controle Interno do IPREV Mariana desenvolveu atividades de análise, acompanhamento, orientação e controle, em conformidade com suas atribuições institucionais e com as ações previstas para acompanhamento da gestão do Instituto.

No período, foram emitidos 09 (nove) pareceres, distribuídos conforme demonstrado abaixo:

Área	Atividade	Quantidade
Benefícios	Pareceres em processos de concessão de aposentadoria	7
Licitações/Contratações	Parecer referente à renovação contratual vinculada ao Pregão Eletrônico nº 02/2022	1
Licitações/Contratações	Parecer referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2026, destinado à prestação de serviços relacionados às impressoras	1
Total		9

Além da emissão de pareceres, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- análise da documentação referente aos pagamentos realizados no mês de junho de 2026, não tendo sido identificadas ocorrências que demandassem apontamentos específicos;
- encaminhamento de orientação quanto à revisão dos procedimentos internos do Instituto à luz da **Lei nº 13.726/2018 – Lei da Desburocratização**, com caráter preventivo e orientativo;
- realização de consultas e verificações destinadas ao acompanhamento da regularidade institucional do RPPS, incluindo obrigações externas, prestações de contas e Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
- análise dos relatórios mensais apresentados pelos setores do Instituto;
- elaboração do Relatório Mensal do Controle Interno, consolidando as informações, análises e recomendações decorrentes do acompanhamento das áreas do Instituto;
- participação em reuniões do Conselho Municipal de Previdência e da Diretoria Administrativa, para acompanhamento das matérias relacionadas à gestão administrativa e previdenciária.

Síntese da atuação do Controle Interno

As atividades desenvolvidas no período evidenciam a atuação do Controle Interno nas funções de análise, acompanhamento, orientação e prevenção, abrangendo processos previdenciários, contratações públicas, pagamentos, regularidade institucional e acompanhamento das atividades dos diferentes setores do Instituto.

A atuação realizada durante o mês buscou contribuir para o aprimoramento dos controles internos, a regularidade dos procedimentos administrativos e previdenciários e o fortalecimento da governança institucional.

6. RECOMENDAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

Durante o mês de julho de 2026, o Controle Interno deu continuidade ao acompanhamento das recomendações anteriormente emitidas e das medidas voltadas ao aprimoramento dos procedimentos administrativos, da governança e dos controles institucionais.

Em relação às contratações públicas, permanece recomendável o acompanhamento das vigências contratuais e o planejamento tempestivo das providências necessárias à renovação, à realização de nova contratação ou à adoção de outra solução administrativa cabível, conforme a necessidade de cada serviço. No período, foram identificados contratos com vencimentos próximos, o que justifica a manutenção desse acompanhamento preventivo.

A orientação encaminhada pelo Controle Interno quanto à revisão dos procedimentos internos à luz da Lei nº 13.726/2018 – Lei da Desburocratização permanece em acompanhamento, especialmente quanto à verificação da aderência das rotinas atualmente adotadas pelo Instituto às disposições da referida norma. A medida possui caráter preventivo e orientativo, voltado à simplificação e à atualização dos procedimentos administrativos.

Quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, permanece necessário o acompanhamento contínuo da evolução do déficit atuarial e das medidas destinadas ao seu equacionamento, considerando sua relevância para a sustentabilidade do regime no longo prazo. A Avaliação Atuarial de 2026 demonstrou redução do déficit em relação ao exercício anterior, embora o montante apurado ainda justifique acompanhamento permanente.

No que se refere ao Programa Pró-Gestão RPPS, durante o mês de julho foram mantidas as ações destinadas à manutenção dos requisitos da Certificação Institucional Nível III. Registra-se que a auditoria de supervisão foi realizada nos dias 17 e 18 de agosto de 2026, após o período de referência deste relatório, devendo seus resultados e eventuais providências decorrentes ser acompanhados nos períodos subsequentes.

De modo geral, as recomendações mantidas neste relatório possuem caráter preventivo e de aprimoramento dos controles, não representando, por si só, a identificação de irregularidades nas áreas correspondentes.

7. CONCLUSÃO

Os procedimentos de acompanhamento realizados pelo Controle Interno durante o mês de julho de 2026 evidenciam que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana – IPREV Mariana manteve regularidade, de modo geral, na condução de suas atividades administrativas, financeiras, previdenciárias, patrimoniais e de governança, observadas as competências e os limites de atuação desta Controladoria.

As verificações realizadas **não identificaram irregularidades nas áreas e procedimentos analisados no período**, constatando-se a continuidade das atividades institucionais, o cumprimento das principais obrigações acompanhadas e a manutenção dos procedimentos de controle necessários ao funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social.

Entre os aspectos observados no período, destacam-se a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, a regularidade dos repasses previdenciários, a continuidade do acompanhamento da compensação previdenciária, a realização dos procedimentos de contratação e gestão contratual, a concessão de benefícios previdenciários e a incorporação de novos equipamentos destinados à estrutura administrativa e tecnológica do Instituto.

No âmbito da atuação do Setor de Controle Interno, foram desenvolvidas atividades de análise, orientação, acompanhamento e prevenção, abrangendo a emissão de pareceres, análise da documentação dos pagamentos, verificação da regularidade institucional, análise dos relatórios setoriais, emissão de orientação quanto à adequação de procedimentos administrativos e participação em reuniões institucionais.

Permanecem como pontos de acompanhamento contínuo o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, as práticas de governança relacionadas à gestão dos investimentos, o acompanhamento das vigências contratuais, a manutenção dos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, e o acompanhamento das orientações expedidas pelo Controle Interno destinadas ao aprimoramento dos procedimentos administrativos.

Diante do conjunto das verificações realizadas, conclui-se que os controles e procedimentos acompanhados no período se apresentaram, de modo geral, adequados ao desenvolvimento das atividades do Instituto, permanecendo as recomendações e os pontos de acompanhamento registrados neste relatório como instrumentos de prevenção, aprimoramento da gestão e fortalecimento da governança institucional.

Ressalta-se que as verificações realizadas decorreram de procedimentos de acompanhamento e monitoramento, não substituindo auditorias específicas.

Mariana, 20 de agosto de 2026.

Betânia Aparecida de Paula
Controladora Interna
IPREV Mariana